

GERAL

O METROPOLITANO

Carta de Campo Largo

A Coordenação da Pró-Central de Movimentos Populares do Paraná e os movimentos populares de Campo Largo reunidos em Plenária Municipal vêm a público posicionarem sobre o grave momento que o País atravessa.

Após dois anos e meio de medidas neoliberais, o Brasil vive a crise mais profunda de sua história. A economia do País permanece estagnada. Sete milhões de desempregados, salários achatados, salário mínimo congelado, queda no consumo de arroz, feijão e carne acima de 20%, elevados reajustes de tarifas, falta de políticas sociais especialmente nas áreas de saúde, previdência social e educação. Por outro lado, aprofunda-se a sangria da capital do País através dos pagamentos dos juros e serviços da Dívida Externa e da remessas de lucros das transnacionais.

Nesta angustiante situação em que milhões de trabalhadores são deslindamente jogados no desemprego,

A sociedade civil brasileira, os

movimentos sociais, entretanto, são fortes o suficiente para exigirem que as investigações se procedam às últimas consequências e que o impeachment contra o presidente seja acionado.

Contudo temos a profunda clareza que não bastará mudarmos o presidente para superarmos a crise que o País atravessa. Os atuais apuros econômicos e sociais vivenciados pela Inglaterra e pelos Estados Unidos, entre outros países que adotaram políticas e benefícios do presidente, advindos de decisões de programas governamentais, tráfico de influências e informações privilegiadas sobre projetos governamentais, venda de patrimônio público a troco de papéis podres, e inúmeras outras formas ilícitas que a imprensa vem noticiando. Somente os "Espíritos do Além" saberão quantos fantomas serão depositantes nas contas bancárias que cobrem os gastos do presidente ou seus ministros, ou empresários que o elegeram.

Seguramente o presidente Collor não tem condições morais e políticas de governar o Brasil, da mesma forma que o neoliberalismo não tem perspectiva de resolver os problemas que o povo brasileiro enfrenta.

É necessário que toda a sociedade se organize em torno de um programa que promova profundas reformas econômicas, políticas e sociais no País para que iniciemos a superação da crise: desenvolvimento com distribuição de renda.

c) E finalmente, política de desenvolvimento com distribuição de renda, resgatamento da economia do País ampliando o mercado consumidor interno através da distribuição do renda, promovendo políticas de emprego, aumento real de salários, aumento de impostos sobre grandes fortunas, cujos recursos serão aplicados em programas sociais -, acesso à terra urbana e rural.

Seja o novo programa que contempla essas medidas básicas o Brasil não sairá da crise atual. A sociedade civil, neste momento, cabe pressionar para que os responsáveis pela corrupção ativa e passiva do Governo Collor sejam levados à cadeia, e pressionar para que o projeto neoliberal - empurrado pelo empresariado que fabricou a farsa do "caçador de raias" - não destrua a capacidade econômica do nosso País, e as possibilidades de construirmos a médio prazo uma sociedade mais justa, fraterna e democrática, onde a ética e a cidadania sejam as duas faces de uma mesma moeda.

a) REFORMA AGRÁRIA, desapropriando latifúndios, assentando trabalhadores rurais semi-terra, desenvolvendo políticas agrícolas voltadas à produção de gêneros de primária necessidade e fortalecimento dos pequenos produtores rurais;

b) REFORMA URBANA, desapropriando os vazios urbanos, cobrindo a especulação imobiliária, promovendo a ocupação social do espaço urbano garantindo moradias a todos; cobrindo o enriquecimento desmiserado dos empresários que atuam nos serviços urbanos como transporte, saúde, educação; criando organismos democráticos em que os usuários desses serviços possam calcular as planilhas de custos e benefícios, participando da gestão e do planejamento urbano.

c) Suspender imediatamente o pagamento da dívida externa. Os recursos que estariam destinados para tais pagamentos deverão ser utilizados para o desenvolvimento de tecnologias, reparelhamento do en-

Em resposta ao comunicado enviado pela Assistência Judiciária gratuita da Prefeitura Municipal de Campo Largo.
Datado em 07/08/92

Campo Largo, 10 de agosto de 1992.

Prezado Senhor Diretor:

Sirímos-nos do presente, da solicitar a Vossa Senhoria que o assunto "redução das prestações" das moradias do conjunto "PARTENOPÉ", fosse tratado em uma outra oportunidade, que não na mesma data da realização da Assembleia Geral convocada para o dia 16 do corrente mês das 13 ou 13:30 horas. Tal entendimento decorre de vários motivos, e direitos que a Constituição assegura, através de programas fiscais e gerenciados por instituições da sociedade civil, a fim de evitar clientelismos políticos.

d) Democratização do País, mudando o sistema de concessão de canais de rádio e TV a fim de democratizar a informação e acabar com a manipulação da opinião pública pelos partidos, a fim de garantir que a população, de suas organizações, participe da definição sobre alocação do orçamento público nacional, definindo as prioridades de políticas públicas para o País, na fiscalização dos gastos do governo, na discussão e deliberação sobre o futuro das estatais.

e) Finalmente, política de desenvolvimento com distribuição de renda, resgatamento da economia do País ampliando o mercado consumidor interno através da distribuição do renda, promovendo políticas de emprego, aumento real de salários, aumento de impostos sobre grandes fortunas, cujos recursos serão aplicados em programas sociais -, acesso à terra urbana e rural.

Assinatura: *[Assinatura]*
Atenciosamente
[Assinatura]

Ofício: *[Assinatura]*
Assunto: *[Assinatura]*

Assunto: *[Assinatura]*
Assunto: *[Assinatura]*